

ACESSO À JUSTIÇA E CONSCIÊNCIA DE DIREITOS NAS COMUNIDADES CARENTES DO RIO DE JANEIRO

Aluno: Bernardo Silva de Senna
Orientador: Prof. Florian Fabian Hoffmann

Introdução

A Constituição brasileira de 1988 prevê a universalidade da prestação jurisdicional como garantia fundamental. O legislador constituinte definiu, assim, que a todos deve ser assegurado o acesso à justiça. No entanto, em diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro, o Estado tem sido incapaz de atuar como agente na resolução dos conflitos. Suprindo esta carência, algumas ONG's se estabeleceram nestas comunidades agindo como mediadoras nos litígios que surgem entre os moradores.

Objetivos

O principal objetivo da pesquisa é avaliar a consciência de direitos dos habitantes das favelas, já que a auto-identificação do indivíduo como sujeito de direitos é fundamental para a construção de uma cidadania plena. Compreender como se processa a conscientização destas pessoas, a partir do contato que têm com os mecanismos estatais e não estatais de prestação de assistência jurídica é o que se pretende com o presente estudo.

Metodologia

A metodologia adotada é a de pesquisa de campo, a partir de entrevistas, debates e questionários previamente elaborados, com base em estudos propedêuticos sobre pesquisa qualitativa, com o auxílio de profissionais experientes no assunto. Uma vez colhidas as informações *in loco*, far-se-ão um relatório final e um seminário expositivo apresentando os resultados à sociedade.

Com vistas a obter um aproveitamento ainda melhor nas discussões propedêuticas, foi criado um grupo de pesquisa, no âmbito do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito, formado por professores, doutorandos e mestrandos para discutir todos os assuntos relevantes à pesquisa. Durante as reuniões deste grupo, que se encontra periodicamente, optou-se por uma divisão metodológica em três fases:

a) Conceituação teórica – Esta primeira fase, que estamos prestes a concluir, visa definir a terminologia a ser empregada, na busca de sólidos e democráticos conceitos de trabalho, ferramentas que nos permitirão ter uma interação mais realista com os moradores das favelas;

b) Pesquisa de campo – Munidos do arcabouço teórico oriundo das pesquisas e discussões prévias, estaremos prontos para visitar as comunidades e dialogar com os habitantes das comunidades escolhidas, buscando aferir, qualitativamente, a verdadeira consciência de direitos nestas populações;

c) Relatório final – Colhidos os dados, analisadas as respostas e interpretadas as informações, passaremos à elaboração de um documento final com os resultados alcançados, os quais serão apresentados ao público por meio de um seminário.

É importante frisar que o presente artigo versará sobre a primeira das supracitadas fases, conforme o cronograma apresentado ao CNPq em 2006.

Neste período, as discussões do grupo buscaram definir o “espaço” que se pretende estudar, haja vista que a favela representa uma realidade extremamente complexa na qual

interagem diversos atores (moradores, policiais, traficantes, agentes estatais, ong's etc.). Há violência, ausência de serviços públicos, diferença entre estratos sócio-econômicos, o fator étnico e um sem fim de variáveis que se deve levar em conta na elaboração de um léxico perspicaz e respeitoso, atendente aos objetivos da pesquisa.

Conclusões

A realidade das favelas é, antes de tudo, caracterizada por uma profunda precariedade social. Uma conceituação prévia se faz necessária à realização da pesquisa. Nesta fase, concluímos que, através da divisão analítica das questões a serem abordadas em: “o espaço”, “a consciência de direitos” e “o acesso à justiça” e com o detalhamento minucioso de cada um desses três elementos, é possível elaborar um sólido lastro teórico para alicerçar as seguintes fases do projeto.

Referência

- 1 - DAVIES, P.E. & COXON, A.P.M. (eds.). **Key Texts on Multidimensional Scaling**. New Hampshire: Heinemann, 1984
- 2 - SILVA, Nelson do Valle. **Introdução à Análise de Dados Qualitativos**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990
- 3 - STINCHCOMBE, Arthur. **The Logic of Social Research**. Chicago: University of Chicago Press, 2005